

## Do dissenso à polémica: estratégias retórico-discursivas. Um caso em análise

### From dissent to controversy: rhetorical-discursive strategies. A case study

**GIL, ISABEL FUZETA**  
itmgil@sapo.pt /  
isabel.gil@uc.pt

Doutora em Linguística pela Universidade Católica Portuguesa  
Universidade de Coimbra / C.E.L.G.A. - I.L.T.E.C.

**PALAVRAS-CHAVE:**  
polémica;  
referenciação;  
agonismo;  
*ethos*.

**RESUMO:** O objetivo deste estudo centra-se na análise de algumas estratégias retórico-argumentativas e da configuração textual-composicional de produções discursivas no discurso político parlamentar, um contexto gerador de forte agonismo e clivagem entre as fações intervenientes. Mais especificamente, debruçámo-nos sobre os discursos em torno dos referenda de 1998 e 2007, a propósito da alteração da “lei da IVG”. Para tal constituiu-se um *corpus*<sup>1</sup> abrangendo textos de imprensa e textos publicados no *Diário da Assembleia da República*<sup>2</sup>, no total de 41 textos de imprensa<sup>3</sup> e 7 transcrições de debates em sede parlamentar. Assumem particular relevância estratégias retórico-discursivas que marcam e vão aprofundando o dissenso, em particular os processos de referenciação do objeto do discurso “aborto”. Analisar-se-á numa perspetiva discursiva-pragmática e retórica as estratégias convocadas para referenciar aquele objeto discursivo, já que ele constitui fulcro de interações agónicas e se constitui como ponto de ancoragem da argumentação das duas fações opositoras. Para este estudo apoiamo-nos em Amossy (2012 [2000], 2014), Plantin (1996, 2011), Micheli (2008, 2011), Charaudeau (2005, 2017), Marques (2000, 2005) e Fonseca (1992, 1998).

**KEY-WORDS:**  
controversy;  
referencing;  
agonism;  
*ethos*.

**ABSTRACT:** This study focuses on the analysis of some rhetorical-argumentative strategies and the textual and compositional configuration of discursive productions within the parliamentary political discourse, which generates agonism and a strong cleavage between parties. We specifically analysed the discourses on the referenda held in 1998 e 2007, concerning changes to the so-called “VIP law”. We established a *corpus* comprising 41 texts published in the press and 7 texts published in the *Diário da Assembleia da República* (containing written transcripts of the debates held in Parliament). We concluded that rhetorical-discursive strategies that highlight and deepen dissention are particularly relevant, particularly in the process of referencing “abortion”. The strategies used to reference the discursive object “abortion” are analysed from a discursive-pragmatical and rhetorical standpoint; the reference of “abortion” is at the centre of agonistic interactions and sustains the arguments presented by the two opposing groups. We draw on the work by Amossy (2012 [2000], 2014), Plantin (1996, 2011), Micheli (2008, 2011), Charaudeau (2005, 2017), Marques (2000, 2005) and Fonseca (1992, 1998).

## O. INTRODUÇÃO

1. Os textos referidos foram recolhidos no âmbito da realização de uma dissertação de tese de doutoramento (Gil, 2018).

2. D.A.R. I Série, nº 42, 20-02-1997 - VII legislatura, 2ª sessão legislativa; D.A.R. I Série, nº 36, 04-02-1998 - VII legislatura, 3ª sessão legislativa; D.A.R. I Série, nº 58, 03-03-2004 - IX legislatura, 2ª sessão legislativa; D.A.R. I Série, nº 108, 03-09-2004 - IX legislatura, 2ª sessão legislativa; D.A.R. I Série, nº 3, 18-09-2004 - IX legislatura, 3ª sessão legislativa; D.A.R. I Série, nº 10, 20-04-2005 - X legislatura, 1ª sessão legislativa; D.A.R. I Série, nº 143, 06-07-2006 - X legislatura, 1ª sessão legislativa. Textos disponíveis em <https://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/DAR-1Serie.aspx>.

3. Dada a multiplicidade de textos na imprensa escrita, a seleção restringiu-se aos textos publicados nas duas semanas imediatamente anteriores à realização de cada referendo.

No estudo ora apresentado, começar-se-á por fazer uma descrição sucinta do *corpus* de análise, já que nele radica o objeto de análise: a configuração textual-composicional de discursos fortemente agónicos em torno de dois *referenda* ocorridos em Portugal em 1998 e 2007 e os processos de referenciação do objeto do discurso “aborto”.

Dada a natureza do *corpus* que constitui a base do estudo, referir-nos-emos à natureza do discurso político e dos processos de mediatização e patemização dos discursos, na senda de estudos de autores como Marques (2000, 2005) e Charaudeau (2005, 2017).

Considerando que os discursos em torno de um tema tão delicado são percorridos por forte polemicidade e neles se plasmam dimensões do domínio das emoções, evocaremos os estudos de Plantin (1996, 2011), Micheli (2008, 2011), a fim de clarificar os conceitos de argumentação e de polémica.

A referenciação surge no contexto destes *referenda* como um modo de denotar um ponto de vista (Rabatel, 2005: 96) ou posicionamento, carreando uma dimensão argumentativa, já que o sentido da enunciação encerra em si avaliações axiológicas, processos cognitivos, tímicos e ideológicos; assim, veremos como o modo de referenciação da IVG está ao serviço de uma dada orientação argumentativa.

Algumas considerações finais incidirão sobre os resultados mais relevantes da análise efetuada.

## 1. DISCURSO POLÍTICO, ARGUMENTAÇÃO E REFERENCIAÇÃO

É nosso propósito analisar neste estudo as estratégias retórico-argumentativas e a configuração textual-composicional de discursos em torno de uma questão polémica, um contexto gerador de forte agonismo e clivagem entre as fações intervenientes. Em causa esteve, em Portugal, a alteração à lei da IVG (ou “lei do aborto”), a qual suscitou uma forte polémica dado tratar-se de um tema fraturante na sociedade portuguesa, dadas as dimensões éticas, religiosas e sócio-políticas envolvidas. Para além dos debates ocorridos entre 1982 e 1984, por se tratar de uma temática tão delicada, acabariam por ter lugar não um mas dois referendos (evento raro no contexto político português), em 1998 e 2007. Tendo a questão começado por ser debatida na Assembleia da República (que designaremos também por Parlamento), impõe-se uma breve reflexão sobre a natureza do discurso político.

Na senda de Amossy (2014), partir-se-á do pressuposto de que a argumentação é uma actividade que apenas pode existir perante o conflitual e agónico, perante aquilo que se põe em causa. Partindo de saberes comunitários, doxais, o locutor tentará seduzir ou convencer o alocutário a aderir a um dado posicionamento. Para além da escolha dos argumentos (o plano do *logos*), há que produzir determinados efeitos (no caso em análise, efeitos emocionais, do domínio do *pathos*) e mostrar uma imagem de si (*ethos*) que capte o auditório.

Retomando a metáfora teatral de Charaudeau (2005), o discurso político na arena pública envolve um jogo de máscaras e de imagens construídas no discurso, espaço de reencontro de identidades dos atores políticos: trata-se de «une vaste scène sur laquelle se jouent entre les êtres humains, à travers leurs actes de langage, des jeux relationnels divers» (Charaudeau, 2005, p. 39). Tal remete-nos para a noção de *ethos*, da imagem de um “eu” que se encontra no discurso do “tu” / “outro”. Por outro lado, nesta cena política pública o trabalho de figuração efetuado é particularmente relevante num debate: o público constituído pelos cidadãos reflete essas imagens que vão circulando na arena mediática, no sentido em que, especialmente em

contexto referendário, é o cidadão o ator político a quem cabe uma decisão. Na imagem de si se funda a credibilidade e a legitimidade da voz política. Como sublinha o A., uma das condições para convencer pelo discurso é que o alocutário reconheça autoridade e legitimidade ao locutor. Para tal, há que mostrar ao auditório uma autoridade do saber, do poder de decisão, ou ainda uma autoridade pessoal provinda da dominação, da sedução e da representação. O *ethos* ou imagem do Eu é, portanto, uma dimensão importante no que toca à argumentação na teorização deste A.

Tal não invalida que também o *pathos* seja outra dimensão na estratégia de captação do alocutário:

[...] dramatisant, il [o locutor] décrit le monde et en rapportant des événements de façon à émouvoir l'interlocuteur ou l'auditoire, par l'appel à la menace, la peur ou l'héroïsme, la tragédie ou la compassion. (Charaudeau, 2007: 21)

A centralidade que ocupam as estratégias de influência e de encenação trazem para primeiro plano a patemização (o *pathos*). O discurso é, assim, polémico, já que questiona um Oponente; persuasivo, dado que o discurso deve resistir à contra-argumentação.

A análise do discurso político repousará na articulação destas três dimensões: a racionalidade, a construção da imagem de si e a patemização do discurso. Esta última dimensão convida os destinatários a experienciar situações que lhes são dadas a ver, de tal modo que os destinatários são impelidos a um dever-experienciar (Plantin, 2011; Plantin e Traverso, 2000). Estes efeitos de patemização, ainda segundo Charaudeau (2008, p. 49-58), resultam de representações de objetos com as quais o sujeito se identifica ou, pelo contrário, delas se afasta. Esta mediação representacional tem por objetivo um dever-experienciar por parte do destinatário, como já se disse: é que as emoções ligadas ao processo de patemização assentam nos saberes enciclopédicos, tábuas e sistemas de valores observadas e captadas pelo Locutor-Enunciador<sup>4</sup> numa dada comunidade. Evidentemente, ao analista do discurso não cabe avaliar a veracidade

4. Optamos por assinalar com maiúscula o Locutor co-referente ao Enunciador, por oposição aos locutores/enunciadores que são convocados pelo Enunciador, quer este assumo o mesmo ponto de vista daqueles ou não (seguindo as propostas de Rabatel, 2003, 2005).

da emoção ou sentimento efetivamente experienciado, mas sim das emoções semiotizadas no/pelo discurso — estas, sim, podem ser objeto de acusações de falsidade ou de hipocrisia.

Entre o “jogo de máscaras” que se desenrola na arena política e a mediatização de uma controvérsia ou de uma polémica, há que questionar, como refere Charaudeau, se o cidadão tem de facto acesso à informação de modo a ajuizar e tomar decisões. A polémica é tomada como entrave à argumentação (ainda segundo o A.) e é uma estratégia discursiva que se encontra em diferentes géneros. Constituindo a polémica um entrave, um bloqueio efetivo da argumentação, ela gera um efeito subversivo propício à desqualificação e descredibilização do adversário, de tal modo que diabolizar o adversário acaba por constituir o objetivo ilocutório determinante das estratégias discursivas adotadas. Tal não significa que toda a contra-argumentação é polémica, como bem nota Charaudeau. A estratégia desqualificante não deve ser confundida com os traços genéricos de um confronto baseado na razoabilidade, sem recurso ao ataque virulento: há um contrato de comunicação que condiciona a enunciação de modo que «On n'entre pas en polémique comme on entre en controverse.» (Charaudeau, 2017: 81).

Como definir a argumentação (antes de nos debruçarmos sobre a polémica) em função da noção de “contrato de comunicação”? A atividade discursiva assenta na presença de um locutor que se dirige a um alocutário sempre presente na enunciação; o reconhecimento de um alocutário repousa numa estratégia de agir sobre o outro. No que concerne ao discurso político, a legitimação do discurso decorre da gestão das imagens para parecer credível e legítimo. No debate de ideias na vasta esfera pública, *locus* de confronto de opiniões, domina a palavra e o exercício da influência e da persuasão. Tal implica a consideração dos saberes, tábuas de valores e *doxas* do público (alocutário/auditório), num equilíbrio entre a razão e a emoção. A imagem de si (ou *ethos*) inscreve-se naturalmente neste cenário teatral, já que nele se desenha um público (espelho dos actores políticos) a ser elucidado por um sujeito enunciador credível (projetando um *ethos* de seriedade, de solidariedade, de virtude, de competência) que se opõe a um adversário apresentado disforicamente que de algum modo não vela pelos interesses do público.

Por outro lado, a construção das imagens do EU e do OUTRO envolve ainda um apurado jogo de equilíbrio fundado na adoção de estratégias de (im)polidez viabilizadas pela modalidade alocutiva-delocutiva (que o sistema tripartido de “formas de tratamento” do PE favorece) do discurso político (Gil, 2020). Adiantar-se-á que no discurso polémico esta modalidade conduz à desqualificação do OUTRO e à “patemização” do discurso, gerando momentos de intensidade ou “ferocidade” emocional que captam e envolvem o auditório (o “terceiro” no modelo tripartido proposto por Plantin (1990).

A estas dimensões articula-se ainda a dimensão mediática, dimensão que se reveste de particular relevância no jogo de influências que subjaz às estratégias argumentativas.

A “memória dos discursos” e a “memória das situações de comunicação” dão lugar ao reconhecimento de contratos de comunicação (Charaudeau, 2001), sendo estes definidos pela finalidade e identidade dos co-enunciadores, bem como pelo propósito da troca verbal.

O confronto, a “cena” onde se debate um tema, a natureza do próprio tema e a presença de um auditório constituem parâmetros na base de uma tipologia proposta pelo A. Note-se que o tema em debate origina uma configuração polarizada dos discursos em que se referenciam apenas duas alternativas para a resolução de um problema. Será o caso da controvérsia (ainda segundo o mesmo A.) em torno da IVG, na sequência de debates parlamentares em França que extravasam para a arena pública e se agudizam nos *media*.

Ora, o exemplo supracitado interessa-nos particularmente, pois o estudo aqui apresentado respeita à discussão em torno da alteração da chamada “lei do aborto” iniciada na Assembleia da República e mediatizada, tendo por intervenientes não apenas o político, que ora constrói um *ethos* de político, ora um *ethos* de cidadão, como jornalistas e cidadãos — estes os decisores finais e, portanto, o auditório em função do qual se elaboram as estratégias discursivas retórico-argumentativas bem como a organização enunciativo-pragmática ao serviço de um objetivo comunicativo dominante.

Note-se que a persuasão e o confronto são constitutivos do discurso argumentativo, como já desde os anos 90 (séc. XX) J. Fonseca<sup>5</sup> sublinha em vários estudos:

Esta fundamentação envolve o *confronto* entre candidatos (ou entre blocos à sua roda configurados, cada qual com um projecto que se propõe levar a cabo), apelando-se, então, basicamente, a *virtualidades positivas* de um em contraste com *virtualidades negativas* de outro(s) — umas e outras eventualmente amplificadas por ou articuladas a *circunstâncias* particulares (de ordem pessoal, institucional, sócio-política, cultural...). (Fonseca, 1992: 185)

Ainda segundo este linguista, todo o discurso convocará uma condição de argumentatividade, sendo vincado por modalizações axiológicas decorrentes da avaliação de determinados estados de coisas.

No caso que nos ocupa, a existência de um alocutário/auditório reforça o facto de que, na arena política, os intervenientes não entram propriamente em confronto para convencerem o adversário (o partido X terá um posicionamento que não é passível de mudança em função do discurso do partido Y, com posicionamento distinto), mas sim para convencer um “terceiro” (na terminologia de C. Plantin) que assiste ao debate, faz juízos de valor e, em última instância, toma uma decisão final. Isto mesmo nota C. Ilie, sublinhando que os intervenientes envolvidos uma interação verbal agónica argumentam frequentemente para convencer um terceiro interveniente (Ilie, 2003: 76). Este “terceiro interveniente” assume então uma posição *meta* em relação aos discursos em confronto (Plantin, 1995: 122). Mais ainda: a presença deste Terceiro neste enquadramento leva à consideração da poli-destinação como dimensão configuradora da actividade argumentativa.

No caso em análise, a actividade argumentativa vive do dissenso: no discurso parlamentar, os intervenientes de cada bancada sabem que não conseguirão convencer os elementos de outras bancadas — é o público presente nas galerias da Assembleia da República ou o grande público que os “ouve” através da imprensa que constitui o alocutário a convencer/persuadir. É o discurso espetacularizado dos *media* que apela à decisão e voto do cidadão comum. Note-se que este

5. Para este linguista, o discurso polémico será um sub-tipo do discurso argumentativo (Fonseca, 1992: 205), gerado num contexto de conflitualidade. A citação constitui um extrato da análise de um texto de opinião publicado na imprensa escrita em torno de um evento político.

6. As fações opositoras durante os referendos ficariam até a ser designadas por “o SIM” e “o NÃO”.

7. Micheli (2012) propõe uma «non-persuasive conception of argumentation».

8. Expressão cunhada por Angenot (2008).

9. A pergunta aprovada tinha a seguinte formulação: “CONCORDA COM A DESPENALIZAÇÃO DA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ, SE REALIZADA, POR OPÇÃO DA MULHER, NAS PRIMEIRAS 10 SEMANAS, EM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE LEGALMENTE AUTORIZADO?”

10. Cf. n.º 6 do artigo 115.º da Constituição e do artigo 7.º da Lei Orgânica do Regime do Referendo.

é também um interveniente ativo na imprensa, já que à época vários jornais criaram pequenas secções dedicadas à obtenção de respostas SIM / NÃO.<sup>6</sup>

Acresce que os deputados se apresentam nos *media* construindo um *ethos* discursivo de forma a encorajar uma identificação entre o locutor e os seus alocutários/destinatários, assinalando o seu compromisso com a bondade da lei e, recorrendo ao dispositivo retórico-argumentativo de se apresentar como parte de uma voz coletiva, incitando à intervenção social.

## 2. ARGUMENTAÇÃO E POLÉMICA: CONSENSO OU DISSENSO?

Partir-se-á do pressuposto que o consenso não é o fim primordial da argumentação, já que, por um lado, é possível argumentar com quem comunga das mesmas opiniões ou crenças<sup>7</sup>; por outro lado, argumentar é por vezes um diálogo de surdos<sup>8</sup>. M. Doury sustenta ainda que, na polémica, está em causa o reforço da argumentação de modo a torná-la mais resistente à contra-argumentação do adversário (Doury, 2000).

Além disso, sendo o contexto do debate instaurado por uma pergunta<sup>9</sup> — a *quaestio* — que, nos termos<sup>10</sup> da Constituição Portuguesa, deve ter uma formulação binária, bipolar ou dilemática, determinou em larga medida a instauração de uma polémica em torno do tema. Este contexto determinou a bipolarização e a dicotomização típicas da polémica.

Assim, o discurso polémico organiza-se em torno de dois grandes eixos semântico-pragmáticos onde se defrontam o EU/NÓS vs. ELES/O OUTRO. O adversário constitui um interveniente a “aniquilar” ou diabolizar — diabolizar, deslegitimar ou desacreditar equivale a derrotar todo um programa ideológico. Trata-se de, através da exclusão do adversário, reforçar o seu próprio posicionamento:

[...] la polémique, en tant que processus réglé d'exclusion de l'Autre, constitue un moyen de renforcer sa propre clôture en souvrant fictivement à une altérité menaçante. Par la citation les énoncés adverses sont impérativement conviés, mais c'est pour mieux les annuler. (Maingueneau, 1983: 20)



Vale destacar a dimensão dialógica e interdiscursiva da polémica, pois o locutor incorpora o discurso do alocutário no seu próprio discurso, isto é, no discurso do locutor estão as palavras e a própria imagem do alocutário (bem como a imagem que este faz do locutor).

Sendo já por demais sabido que a palavra “polémica” provém do grego *polémikos* (πολεμικός), compreende-se que o discurso/texto polémico seja percorrido pela isotopia do belicismo ou agonismo, em que as armas são as palavras. A dicotomização que estrutura o discurso polémico assume-se como o cenário de um confronto em que o locutor recorre a todos os meios retórico-argumentativos para desqualificar o discurso do alocutário, descredibilizá-lo via ataques *ad hominem* ou *ad personam*, convocando outras vozes que confirmem a devida autoridade ao seu próprio discurso e/ou desautorizem o discurso do adversário (Oponente) perante o Terceiro ou “Tiers” (Plantin, 1998)<sup>11</sup>.

11. Cf. *supra*.

Também Amossy (2010: 209) refere que o discurso polémico visa a desqualificação do discurso contrário; longe de procurar o consenso, o discurso polémico acentua as divergências, apresentando o discurso de um Proponente que ataca o discurso do Oponente, desvalorizando-o. Note-se, porém, que se a violência verbal abunda no discurso polémico, tal não significa que seja constitutiva do discurso polémico: não se trata, portanto, de elementos definitórios da polémica, e há que distinguir a violência do conflitual (sendo este último traço caracterizador da polémica, ao contrário do primeiro). Por outro lado, um discurso perpassado pela emoção ou pela violência não é necessariamente um discurso polémico. Enfim, segundo a A., no discurso polémico abordam-se as divergências de opiniões não sob a égide do acordo, mas sim sob a égide do desacordo, do dissenso, situando-se a polémica no extremo de um *continuum* que pode chegar à violência verbal<sup>12</sup>.

12. Embora a violência e a emoção não sejam exclusivas da polémica. A polémica, sublinhe-se, constituirá então uma *modalidade* do discurso argumentativo, situando-se no pólo mais marcadamente agónico e conflitual.

Veja-se o exemplo que se segue a este propósito.

Convocando as vozes de médicos, biólogos ou assinando frequentemente acompanhado com a atividade profissional, o locutor reforça a validade do seu posicionamento. Não raro

surtem citações de locutores que nada têm a ver com o debate mas cujas palavras dificilmente se põe em causa, dado o prestígio que acarretam, como se vê no exemplo (1):

(1) O aborto é sempre um mal, mas não o podemos condenar de uma forma tão desumana.

Lembremos, a propósito, um excerto do poema “As pessoas sensíveis” de Sophia de Mello Breyner: “As pessoas sensíveis não são capazes de matar galinhas, porém são capazes de comer galinhas”.

«23+23 cromossomas e as suas circunstâncias»

João Baptista Magalhães

Professor e Mestre em Filosofia

*Jornal de Notícias*, 12/06/1998

Enquanto o título do artigo convoca outros discursos de carácter científico (veja-se a referência a “cromossomas”, que circularam quer na imprensa quer na própria Assembleia da República, discursos que se tomam regularmente por “objetivos”, o locutor recorre à citação de parte de um texto de Sophia de Mello Breyner Andresen, uma voz que chegará certamente aos ouvidos do grande público por várias razões: uma das maiores poetisas portuguesas, defensora de valores éticos, humanistas e de justiça, denuncia a falsa sensibilidade daqueles que vivem do trabalho dos outros — ora, esta denúncia das “pessoas sensíveis”, ou melhor, de uma falsa sensibilidade, vai ao encontro da acusação de hipocrisia que permeará toda a polémica em torno da lei da IVG. É que aqueles que são oponentes à alteração da lei manifestam a sua solidariedade perante as mulheres que sofrem e são “empurradas” para o aborto clandestino, mas não adotam é a solução que, aos olhos dos proponentes da alteração da lei, a solução para tão grave problema.<sup>13</sup>

13. Aquela citação constitui uma forma de reformular ou de textualizar um saber comum: é hoje em dia objeto de crítica por movimentos cívicos a contradição ou hipocrisia por quem manifesta respeito pelos animais enquanto simultaneamente os consome ou deles faz uso.

Anotar-se-á que a acusação de “hipocrisia” constitui um dos atos ameaçadores da face positiva (dos oponentes à alteração da lei) com maior produtividade; tal estratégia mantém-se desde o início do debate (ainda antes de 1998, ano da realização do primeiro referendo). Entende-se esta acusação como forma de construir no discurso emoções de feição antagónica: por um lado, a hipocrisia implica falsidade, algo negativo associado no discurso à ausência de simpatia (Charaudeau, 2000) perante um cenário dramático; por outro lado, constrói-se implicitamente emoções positivas auto-atribuídas (do lado dos proponentes da alteração). Assiste-se, portanto, a um trabalho de figuração em que se entrosa a construção discursiva do *ethos* e a semiotização de emoções ao serviço de um macroato ilocutório argumentativo (Gil, 2014, 2017).

Note-se que estamos perante o recurso retórico-argumentativo do apelo à autoridade (*ad verecundiam*) realizado de forma a persuadir alocutários distintos: se a alusão aos cromossomas é passível de incompreensão por parte de alguns alocutários, já a alusão ao consumo de galinhas será mais facilmente descodificada, cumprindo-se assim os objetivos do locutor.

Sendo o objetivo da polémica a “minoration de l’adversaire” (Oléron, 1995: 20-22), podendo os próprios intervenientes tornar-se argumentos na medida em que a sua presença seja vista como validação de um ponto de vista, um dos intervenientes poderá levar à sua transformação em “pessoa-argumento”: por essa razão determinados intervenientes no debate são alvos preferidos do ataque dos oponentes, sendo o seu *ethos* posto em causa até através de ataques *ad hominem* (Gil, 2020). Note-se que, mesmo na perspetiva da lógica informal, a desqualificação não é necessariamente uma falácia, como refere Walton (1992): a agudização do tom emocionado não é, em si mesma, condenável, desde que justificada como reação à irracionalidade de um debate espúrio.

Koren (2011) frisa a importância de um contexto sócio-histórico particular para a aceitação ou rejeição de um argumento. O processo ideológico-discursivo subjacente a determinadas

analogias ou metáforas ou a processos de descredibilização opera na base da consideração ou do reconhecimento desse contexto.

Daqui decorre a binarização e dicotomização da polémica: a “diabolização” do OUTRO e a “angelização” do EU são constitutivas da polémica. No sentido em que os argumentos se oferecem à avaliação do auditório, a polémica constitui uma modalidade argumentativa aberta à deliberação (não sendo, portanto, necessariamente uma atividade discursiva vazia de sentido) e à gestão do conflito.

### **3. POLÉMICA E REFERENCIAÇÃO: CONSTRUÇÃO DOS OBJETOS DO DISCURSO AO SERVIÇO DA SEDUÇÃO**

A dicotomização e a polarização como, respetivamente, operações de ordem abstrata e social, são traços configuradores de uma polémica — estes processos dependem largamente de estratégias de referenciação e de recategorização adotadas com o objetivo de “dar a ver” um estado de coisas ora como positivo, ora como negativo.

Por outras palavras, trata-se de um processo dialógico ao nível discursivo no qual se fazem ouvir, pelo menos, as vozes de dois enunciadores; tal implica, no discurso polémico, a construção agonial de realidades virtuais estrategicamente posta ao serviço da dicotomização e polarização da polémica. As dimensões éticas e sociais que percorrem a configuração global dos discursos em torno da IVG amplificam o carácter interlocutivo e interdiscursivo do debate, pois no discurso de cada um se faz presente o discurso do(s) OUTRO(S), como forma de sustentação do argumentário.

Cabe ainda relembrar que no seio da polémica a patemização se organiza em torno de duas vertentes mutuamente exclusivas: como nota Micheli (2010: 261), a sensibilidade constrói-se num espaço de binarização, entre a crítica/censura e o elogio, que comportará as virtualidades positivas do ponto de vista do Locutor.

### 3.1. OS OBJETOS DO DISCURSO NO QUADRO DE UMA MUDANÇA LEGISLATIVA

Os objetos do discurso construídos no e pelo discurso, para além de serem um reflexo da dicotomização encenada, constituem um forte meio de persuasão junto do auditório/ “terceiro”, especialmente quando essa encenação é amplificada pelos *media*. A situação agónica, polémica que o discurso plasma constrói objetos de discurso passando por várias operações como as que Sitri (2009: 42) aponta:

Le repérage d'un objet de discours passe d'abord par l'observation des phénomènes de thématisation. [...] Par ailleurs, l'objet de discours n'existe que s'il se déploie dans le fil du discours, condition qui implique qu'il soit repris [...].

A reorientação argumentativa que daí decorre, bem como a plurivocidade dos discursos recupera referentes já fixados nos saberes enciclopédicos e na “memória discursiva” dos destinatários. Através de sucessivas retomas, um objecto de discurso modifica-se, adquire novos matizes semânticos, podendo mesmo dar origem a um novo objeto de discurso após ser sujeito a uma operação de referenciação, que é

[...] um processo realizado negociadamente no discurso e que resulta na construção de referentes, de tal modo que a expressão *referência* passa a ter um uso completamente diverso do que se atribui na literatura semântica em geral. Referir não é mais atividade de “etiquetar” um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva de tal modo que os *referentes* passam a ser *objetos-de-discurso* e não realidades independentes. [...] a *referenciação* é um processo discursivo e [...] os *referentes* são *objetos-de-discurso*, não lhes cabendo um estatuto ontológico apriorístico. (Koch & Marcuschi, 1998)

Assim, quer ao nível *micro* quer ao nível *macro* do discurso a referenciação serve o propósito do questionamento, da acusação/censura próprios de um discurso polémico. A co-construção de um objeto de discurso encerra assim um comentário meta-discursivo/meta-enunciativo, representado por um PDV (“point de vue”) (Rabatel, 2005, 2012). A atualização de determinadas lexias, enquanto designação de um objeto de discurso, processo ou evento deriva de um

processo de negociação, não raro difícil, com o Outro e com a alteridade constitutiva do interdiscurso. O Locutor retoma ou rejeita determinados traços semântico-discursivos conforme se aproxime ou afaste de um dado posicionamento ideológico, carreando avaliações axiológicas positivas ou negativas. Transformando-se a partir do contexto, fortemente imbricada num posicionamento enunciativo (Mondada, 2002), derivando de práticas discursivas e cognitivas situadas, a referência constrói ou transforma e recategoriza objetos de discurso, aos quais é inerente a instabilidade:

Para resumir, quer se trate de objectos sociais ou de objectos “naturais”, observa-se que o que é habitualmente considerado como um ponto estável de referência para as categorias pode ser “descategorizado”, tornado instável, evoluir sob o efeito de uma mudança de contexto ou de pontos de vista. (Mondada, 2002: 121)

Quer isto dizer que, mesmo perante a ausência de traços de sinonímia, pode haver correferencialidade, ainda que de forma instável.

Vejamos a este propósito o que, ao nível discursivo e retórico-pragmático, se passa com um dos objetos do discurso no cerne da polémica: o abortamento.

(1) O Sr. Deputado falou na violência e disse que reconhecia, quer o Sr. Deputado, quer o seu grupo parlamentar, a violência que é para uma mãe, para uma mulher, ter de abortar. Porquê, Sr. Deputado? Por que reconhece que é uma violência que essa mãe sofre? Reconhece isso, porque sabe que é de uma vida que estamos a falar, e, se é de uma vida que estamos a falar, acabar com ela é crime e será sempre crime.

DAR, I, 42, 21/02/1997, p. 14

[Nuno Correia da Silva, CDS-PP]

(2) Os fins, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não justificam todos os meios. Em particular, quando os meios, para além de ineficazes, são injustos, iníquos e atentam, sobretudo, contra a dignidade dos nossos valores e do direito inalienável à vida humana.

DAR, I, 42, 21/02/1997, p. 17

[Luís Marques Mendes, PSD]

O exemplo (2) retoma a “violência” sofrida pelas mulheres referenciada em (1) através da expressão “todos os meios”; em ambos os excertos se associa à referenciação de violência uma série de expressões que têm como denominador comum uma série de traços semânticos que apontam para uma avaliação axiológica negativa, já que aquela violência não só é exercida contra as mulheres como constitui um crime contra uma outra vida: a vida do nascituro.

A injustiça e iniquidade dos “meios” recaem sobre duas vidas, não apenas uma; o aborto é recategorizado como um atentado à vida do nascituro. Sobre esta recategorização se ergue o argumentário dos oponentes à alteração da legislação vigente. Note-se que a violência sobre a mulher constitui um ponto em comum aos proponentes e aos oponentes intervenientes na polémica. No entanto, a recategorização do aborto como um crime contra uma outra vida contribui para a configuração global do discurso dos oponentes como um discurso defensor da vida do nascituro, tomando como indefensável a morte de um nascituro como “organização pública”.

É na base da referenciação do aborto como um crime ou atentado ao direito de nascer que os oponentes da alteração da lei se opõem à nomeação (processo dinâmico discursivo) do aborto como “IVG” ou “interrupção voluntária da gravidez”:

O exemplo (3) introduz uma outra referenciação do aborto: o aborto como o direito de a mulher dispor do seu próprio corpo.

(3) Os senhores dizem que a mulher tem direito a dispor do seu próprio corpo [...] .mas, mais uma vez, [...] depois das 10 semanas, já não tem direito a dispor do seu próprio corpo.

DAR, I, 36, 05/02/1998, p. 7

[Nuno Correia da Silva, CDS-PP]

É pela convocação da voz do Outro através do mecanismo de citação que o Locutor reconstrói o posicionamento do Outro: evidencia-se assim um ponto de ruptura ideológica entre Proponente e Oponente. Este “direito” é ainda referenciado pelos Oponentes como uma “licença para matar”, numa alocução que tem por objetivo denunciar e criticar um posicionamento que parece ignorar as raízes de um mal — veja-se o exemplo (4):

(4) Os senhores perderam mais uma oportunidade, porque podiam vir aqui falar do drama que leva as mulheres a abortar, podiam apresentar propostas para combater as necessidades económicas, as suas razões sociais. Mas não! Os senhores preferem dar-lhes apenas e só uma licença para abortar!

DAR, I, 36, 05/02/1998, p. 7

[Nuno Correia da Silva, CDS-PP]

Na cadeia referencial recupera-se o referente de “drama”, que deve ser tomado como o conjunto de “necessidades económicas” e “razões sociais” existentes em certas circunstâncias consideradas como atenuantes para o aborto. Recategoriza-se a IVG a pedido como uma “licença para matar”. Isto é, retoma-se a categorização do aborto como morte e, por outro lado, introduz-se no discurso a recategorização do aborto “a pedido” como “licença para matar”<sup>14</sup>.

A lexia “drama” retoma anaforicamente o “aborto” e as razões de vária ordem que lhe estão subjacentes e que vão sendo disseminadas no fio do discurso; trata-se de uma anáfora encapsuladora que, como referem Cavalcante e Mesquita (2011), não apenas retomam um segmento

14. Veja-se como a vocalidade do interdiscurso permite a analogia entre o aborto e uma “licença para matar” associada a uma personagem do discurso policial (007 de Ian Flemming). Ao fazer esta analogia, os destinatários são orientados para a conclusão de que o aborto nos termos propostos é análogo à permissão para atentar contra uma vida de forma algo discricionária.

Agradeço à Prof<sup>ª</sup> Doutora Isabel Margarida Duarte a chamada de atenção para esta leitura desta expressão e para a dimensão intertextual evidenciada.



precedente, mas conduzem a um argumento suscetível de questionamento no futuro, a recategorizações do objeto de discurso, a avaliações e reorientações argumentativas.

A referenciação do aborto como um mal a evitar ou um recurso extremo constitui um ponto de consenso na polémica — não será por acaso que este “ponto de encontro” se materializa discursivamente na expressão, usada como um *slogan*, “contra o aborto somos todos”, repetida não só no Parlamento como nos *media*.

A recategorização do aborto como um mal convoca as vozes ouvidas em anos anteriores, aquando de uma alteração à lei:

(5) O aborto é sentido por todos como último recurso, um mal a prevenir e evitar.

DAR, I, 59, 03/03/1982, p. 2398

[Zita Seabra – PCP]

É significativo que o Locutor de (5) venha a pronunciar-se contra a alteração da lei, no quadro dos *referenda* de 1998 e 2007. Tal aponta para a aceitação da recategorização do aborto como um “mal”, fruto de uma negociação pacífica apesar do contexto polémico.

Anote-se que a recategorização do aborto como um mal encerra uma visão disfórica que arrasta diferentes complexos de sentidos para o Proponente e o Oponente, conforme analisado em Gil (2018). Vê-se, assim, que “aborto” se torna no objecto do discurso ao longo do tempo, sofrendo múltiplos processos de ressignificação e ou modalização autonímica (Authier-Revuz, 1995).

Já a referenciação de aborto como uma “interrupção” não colhe consenso; pelo contrário, aprofunda e amplifica o dissenso. É que “interromper”, sendo um verbo passível de “leitura” implicativa (Kartunnen, 1971), daria lugar a “continuar” ou “retomar”, o que não é, evidentemente, possível no que tange à evolução de uma gravidez. Na base desta leitura se marca cisão entre os discursos dos Proponentes e dos Oponentes.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas dimensões semântico-retóricas e pragmáticas ilustram a configuração textual-discursiva dos intervenientes na polémica e constituem os pilares de um processo de dicotomização e polarização. Aliás, a convocação de vozes e de outros discursos está no cerne do processo de infirmação dos argumentos dos oponentes, da sua descredibilização — se há consenso quanto à referenciação do aborto como um mal, o mesmo não se poderá dizer das conclusões para que apontam os discursos que manifestam o antagonismo. Por outro lado, o trabalho de referenciação envolve um programa ideológico, no sentido em que subsume os veios semântico-referenciais e retórico-pragmáticos dos discursos.

Podendo mesmo levar à recategorização, a referenciação do objeto de discurso “aborto” está ao serviço de todo um programa ideológico, condensando um dado posicionamento do locutor face ao seu adversário. Na construção discursiva de “aborto” convergem, não raro, dimensões afetivas e axiológicas. Trata-se de levar o auditório a associar juízos de valor e emoções de cariz negativo, de modo a opor-se à mudança na lei, no que diz respeito à facção do NÃO. Note-se, porém, que os contornos negativos associados àquele objeto do discurso se mantêm por vezes com o intuito de exacerbar as emoções do auditório no sentido de agir contra uma prática que “mata as mulheres” — pelo que a resposta àquele drama é acabar com a clandestinidade do aborto.

Acrescente-se que a dinâmica da referenciação, da construção de referentes na tessitura do discurso carrega avaliações do Eu e do Outro, processos de encarecimento por parte de um Eu que, pelo discurso, procura retirar a legitimidade ao Outro. Contribui, pois, para o dissenso, constituindo um modo de gestão do conflito (Amossy, 2014). De notar que tais traços estão na base da configuração textual-discursiva e retórico-argumentativa em função dos objetivos ilocutórios e perlocutórios visados.

## REFERÊNCIAS

- Amossy, R. (2010). *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: P.U.F.
- \_\_\_\_\_. (2014). L'éthos et ses doubles contemporains. Perspectives disciplinaires. *Langage et société*, 149, 13-30.
- \_\_\_\_\_. (2014b). *Apologie de la polémique*. Paris: P.U.F.
- Cavalcante, M., Mesquita, L. (2011). Argumentação e polifonia em anáforas encapsuladoras. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, 46, p. 55-63.
- Charaudeau, P. (2005). *Le discours politique. Les masques du pouvoir*. Paris: Vuibert.
- \_\_\_\_\_. (2006). *Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle*. 2001. Disponível em < <http://www.patrick-charaudeau.com/Visees-discursives-genres,83.html> >. Consultado em 15/05/2016.
- \_\_\_\_\_. (2006). Pathos et discours politique. Rinn, M. (Ed.). *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, p. 49-58.
- \_\_\_\_\_. (2017). *Le débat public. Entre controverse et polémique. Enjeu de vérité, enjeu de pouvoir*. Limoges: Lambert-Lucas.
- Doury, M. (2000). La réfutation par accusation d'émotion. Exploitation argumentative de l'émotion dans une controverse à thème scientifique. Plantin, C., Doury, M. & Traverso, V, *Les émotions dans les intractions*. Lyon: P.U.L. p. 265-278.
- Fonseca, J. (1992). *Linguística e Texto / Discurso — Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP.
- \_\_\_\_\_. (1998d). “O grau zero”: discurso, representações ideológicas e construção do sentido. *Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literaturas”*, XV, 333-375.
- Gil, I. F. (2017). O poder do discurso: emoções no quadro de uma consulta referendária. *REDIS: Revista de Estudos do Discuso*, 6, p. 118-138.
- Gil, Isabel Teresa Morais Fuzeta de Campos. (2018) *Discurso, conflito e argumentação. Das emoções no(s) discurso(s) em contexto referendário*. Dissertação de doutoramento. Braga, Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais).
- Gil, Isabel Fuzeta. (2019). Da polémica à (im)polidez: emoções e construção identitária. In Seara, I. R., Albuquerque, R., Cabral, A. L. T. (Eds.). *Cadernos de Linguagem e Sociedade, nº 20, nº especial: Dossiê Estudos sobre a Polidez*.

- Gil, I. T. (2014). A construção discursiva das emoções em contexto referendário. Morenso, A., Silva, F., Falé, I., Pereira, I., Veloso, J., *Textos selecionados XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: A.P.L., p. 279-287.
- Ilie, C. (2003). Discourse and metadiscourse in parliamentary debates. *Journal of Language and Politics*, 1(2), p. 269-291.
- Karttunen, L. (1971). Implicative verbs. *Language*, 47(2), p. 340-358.
- Maingueneau, D. (1983). *Sémantique de la Polémique*. Lausanne: Éditions l'Âge de l'Homme.
- Marques, A. (2000). *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar: a organização enunciativa no debate da Interpeção ao Governo*. Braga: CEHUM. Universidade do Minho.
- Marques, M. A. (2005). Debate, argumentação e organização enunciativa. *Comunicação e Sociedade*, 8, 47-62.
- Micheli, R. (2011). Quand l'affrontement porte sur les mots en tant que mots: polémique et réflexivité langagière. *Semen*, 31, 97-112.
- \_\_\_\_\_ (2012). Arguing without trying to persuade? Elements for a non persuasive definition of argumentation. *Argumentation*, 26, p. 115-126.
- Mondada, L. (2002). Construction des objets de discours et catégorisation: una approche des processus de référenciation. *Revista de Letras*, 24(1/2), 118-130. Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl24Art21.pdf>. Acesso em 23/4/2012.
- Oléron, P. (1995). Sur l'argumentation polémique. *Hermès*, 16, p. 15-27.
- Plantin, C. Fonctions du tiers. (1995). C. Kerbrat-Orecchioni, C., Plantin, C. *Le trilogue*. Lyon: P.U.L., 1995. p. 108-133.
- \_\_\_\_\_ (1996a). *L'argumentation*. Paris: Le Seuil.
- \_\_\_\_\_ (1990). *Essais sur l'argumentation. Introduction linguistique à l'étude de la parole argumentative*. Paris: Editions Kimé.
- \_\_\_\_\_ (2011). *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Bern: Peter Lang.
- Plantin, C., Doury, M. & Traverso, V. (2000). *Les émotions dans les intractions*. Lyon: P.U.L.
- Plantin, C. (2011). *Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Bern: Peter Lang.

Rabatel, A. (2003). L'effacement énonciatif dans les discours représentés et ses effets pragmatiques de sous- et su-énonciation. *Estudios de Lengua y Literatura francesas*, 2003, p. 14, 33-61.

\_\_\_\_\_ (2005). La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. *Marges Linguistiques*, 9, p. 115-136.

\_\_\_\_\_ (2011). De conflits de valeurs et de points de vues en discours. *Semen*, 32.

